

O IMPÉRIO AMERICANO: HEGEMONIA OU SOBREVIVÊNCIA.

Para salvar-nos, temos de nos juntar. Como os dedos na mão. Como os patos no vôo.
Eduardo Galeano¹

Noam Chomsky, em *Estados Párias* (2003), livro de temática similar a este ora examinado, continua sua vigilante crítica aos meandros do poder estadunidense, poder que não se impõe limites ou regras legais em busca de hegemonia, e deseja se afirmar contra toda possível racionalidade no âmbito das relações internacionais e mesmo em uma perspectiva de política interna. O valioso empreendimento crítico-intelectual de Chomsky é agora aprofundado neste livro, *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*.

No trabalho, em nove capítulos, o autor analisa, num crescente, os caminhos históricos da trajetória do Império para o exercício do domínio global sem precedentes, cujo ápice coincide com os atentados de 11 de setembro ao *World Trade Center*, em Nova Iorque. Mas, nem só de desesperança nos fala o presente livro. O reconhecimento, mesmo pelos mais céticos e relutantes, de uma segunda potência que pode, unilateralmente, afrontar os descaminhos e os desmandos do autoproclamado poder central tem um nome: a Opinião Pública Mundial. Para efetuar seus projetos de dominação, o poder estadunidense e seus associados têm que combater esta força, que não pode ser ignorada. É, pois, com tal constatação esperançosa que Chomsky abre o seu trabalho, deixando ao leitor um fio condutor de otimismo em face de um quadro político desenhado em

DE NOAM CHOMSKY

O império americano: hegemonia ou sobrevivência.
Rio de Janeiro: Editora Campus
2004. 273 p.

POR ANTONIO CAUBI RIBEIRO TUPINAMBÁ

Doutor em Psicologia. Professor do Departamento de
Psicologia da Universidade Federal do Ceará.
Editor da Revista de Psicologia.
Email: tupinamb@ufc.br

tons de cinza, a partir dos fatos mais recentes no cenário desequilibrado do intrincado jogo de forças entre as nações.

A idéia de manter sob rédeas e controle os diferentes povos do mundo acompanha a história dos líderes e estadistas do grande império, o que não muito se diferencia de épocas mais recuadas como aquela do Império Romano, "aperfeiçoando-se" no que tange aos requintes de perversão e no jogo de manipulação mediática. Já a uma certa altura da vida política estadunidense, na presidência de Woodrow Wilson, este pregava que

(...) o poder devia ser entregue a uma elite de cavaleiros com 'ideais elevados' para preservar a 'estabilidade e a justiça', colocando o povo em seu devido lugar.

Para executar tais "princípios", o Segundo Poder deveria ser controlado:

(...) a constatação de que o controle da opinião é a sustentação do governo, do mais despótico ao mais liberal, remonta, no mínimo, a David Hume [fazendo-se aqui, contudo, necessário um adendo]: isso é muito mais importante nas sociedades mais liberais, nas quais a obediência não deriva do cabresto.

É compreensível que as instituições modernas de controle do pensamento - o que era chamado de propaganda antes que o termo saísse de moda por causa da associação ao totalitarismo - tenham surgido nas sociedades mais liberais... (p. 13-14).

Assim, Reagan reagiu ao repúdio da Igreja e outras instituições ao domínio americano na América Central com uma suposta "guerra ao terrorismo" e, em meados dos anos 1980,

(...) as campanhas terroristas apoiadas pelos Estados Unidos haviam criado sociedades 'marcadas pelo terror e o pânico... pela intimidação coletiva e o medo generalizado... (p. 15).

Mas para Chomsky, essas são algumas das questões que a

(...) segunda superpotência, a opinião pública mundial, deveria se esforçar para entender, se é que espera escapar do confinamento a que está sujeita e levar a sério os ideais de justiça e liberdade que assomam facilmente aos lábios, mas cuja defesa e avanço são bem mais difíceis de promover (p. 16).

Este tema é sem dúvida atual e permeia o discurso de diferentes intelectuais, a exemplo do escritor uruguaio Eduardo Galeano que, em sua fala de abertura do Fórum Barcelona de Cultura (12/05/2004), também se mostrou preocupado em face das contraditórias evidências nesse misto de negócios com a guerra, poderes ilegítimos e pseudo-democracias:

Os cinco países que mais armas fabricam e vendem são os que gozam do direito de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não contradiz o senso comum que os responsáveis pela

paz mundial sejam os que fazem negócio com a guerra? Na hora da verdade, esses cinco países mandam. Também são cinco os países que mandam no Fundo Monetário Internacional. Oito tomam as decisões no Banco Mundial. Na Organização Mundial do Comércio está previsto o direito de voto, mas nunca se usa. A luta pela democracia no mundo não teria de começar pela democratização dos organismos que se dizem internacionais? O que opina o senso comum? Não está previsto que opine. O senso comum não tem voto e, tampouco, voz².

A grandiosa estratégia imperial (cap. 2) significa uma

(...) grande estratégia [que] começa com um compromisso fundamental de manter um mundo unipolar no qual os Estados Unidos não tenham um competidor de igual estatura', condição que deve ser 'permanente, [a fim de] que nenhum país ou coalizão possa jamais desafiar [os Estados Unidos] como líder, protetor e polícia global "consumando-se, portanto, o direito de serem promovidas ao bel prazer, as auto-denominadas 'guerras preventivas'.

Mas uma guerra dessa natureza não atinge qualquer alvo, isto é, sem que tenham determinadas características:

1. Precisa ser totalmente indefeso. 2. Precisa ter importância suficiente para compensar o esforço. 3. É preciso haver um meio de pintá-lo como a mais terrível e iminente ameaça à nossa sobrevivência. (p. 23),

e acrescentaríamos, que esta "pintura" deve ser feita por meio de uma estratégia mediática

governamental de efeito, que atinja não somente a lei mundial, mas determinantemente a lei doméstica. Exemplo de tal estratégia é o crescente surto, em solo estadunidense, de perseguições e cerceamento de liberdade dos seus cidadãos em nome do suposto combate ao terrorismo. O emprego de tais auto-proclamados direitos foi materializado recentemente com a questionável invasão do Iraque, assunto este que encontra extensa abordagem ao longo da obra em exame.

Não há mais uma lei internacional que possa ser boa e indispensável; nem o direito internacional nem o Estatuto da ONU valem mais,

(...) 'a primazia da lei sobre a força [que] sempre foi um fio condutor na política externa americana desde o final da Segunda Guerra Mundial' está ausente na nova estratégia. Também 'totalmente ausentes' estão as instituições internacionais' que ampliam o alcance da lei e buscam limitar os poderosos, bem como assegurar voz aos fracos'. De agora em diante, reina a força, e os Estados Unidos farão uso dela como bem entenderem (p. 35).

Cria-se fértil terreno para a implementação pelo governo ilegítimo de George W. Bush de um "estado revisionista" com objetivos claros de dominação global unilateral. Mas, segundo Chomsky, esta é uma realidade que transcende o tal governo e encontra suas ramificações em anteriores, como o de Bill Clinton. Mas este domínio pode também terminar por gerar uma contra-reação naqueles que se sentindo alvos de nefasta política não querem aguardar passivamente sua "própria destruição":

(...) em seguida ao 11 de setembro, em um momento de identificação e solidariedade global com os Estados Unidos, George Bush indagou: 'Por que nos odeiam?' A pergunta foi mal formulada, e a correta, poucas vezes feita. No entanto,

no espaço de um ano, o governo conseguiu fornecer uma resposta: 'Por causa do senhor, Sr. Bush, e de seus pares, e de tudo que vocês fizeram. Se continuarem assim, o medo e a raiva que despertaram talvez se estenda ao país que vocês também envergonharam'. Quanto a isto é fácil ignorar as provas. Para Osama bin Laden, provavelmente é uma vitória que supera suas expectativas (p. 48).

A nova era do Iluminismo (cap.3) que coincide com os últimos anos do milênio ou "o novo mundo idealista dedicado a erradicar a desumanidade", no qual nações civilizadas lideradas pelos Estados Unidos, "no auge de sua glória" agiram com "altruísmo" e "devoção moral" movidas por nobres ideais (p.56) é de fato um conjunto de bélicas incursões por países nos diversos continentes, sejam elas comandadas diretamente pelo Império, por meio dos seus sócios ou mesmo com a anuência e comando de líderes designados nos próprios países alvos. Seja na Turquia, com o suprimento de armas para assegurar uma campanha que dizima os curdos; em Israel, fiel cumpridor do "dever de casa"; ou na Colômbia, onde no ano 1990 foram injetados milhões de dólares, tendo este país, em 1999, superado a Turquia no que diz respeito ao destino da ajuda militar estadunidense: "no caso dos principais destinatários da ajuda militar americana, a reação é silêncio e mais apoio para as atrocidades" (p.58). Nessa era do Iluminismo não foi esquecido o terror no Kosovo e no Timor Leste. No primeiro caso, afirma o autor:

o mais importante era a necessidade de impor a vontade da OTAN sobre um líder [Milosevic] cuja rebeldia, primeiro na Bósnia e depois no Kosovo, vinha minando a credibilidade das diplomacias americana e européia e o poder da OTAN;

No caso do Timor Leste, em 1999, a Indonésia promoveu uma escalada nas atrocidades cometidas no território que invadira em 1975, matando cerca de 200 mil pessoas com o apoio militar e diplomático dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, com a cumplicidade da 'ignorância proposital'. Ora, os tempos são outros. Nas palavras do autor são Tempos Perigosos (cap. 4), nos quais A Conexão Iraque (cap.5) permite a consolidação de um governo cuja eleição em 2000 foi posta sob suspeição:

(...) eles reconheceram que as atrocidades de 11 de setembro lhes [aos setores mais reacionários dos governos Reagan e Bush I] davam uma oportunidade de perseguir, ainda mais intensamente, suas antigas metas, seguindo de perto o roteiro adotado à época do primeiro mandato (p.113).

A construção do conceito de "terrorismo", elemento constitutivo da missão de George W. Bush já era, como se vê neste capítulo 5, cultuada no governo Reagan, para quem todos os países precisavam se unir para combater "o nefasto flagelo do terrorismo". Nos diferentes governos, tais guerras antiterror tomaram corpo em diversos pontos do planeta, passando pela América Central, Oriente Médio, África (Angola e Moçambique) e Ásia (Afeganistão). Aqui são comentados os apoios dos governos estadunidenses aos muitos ditadores e regimes ilegítimos, uma amostra de apadrinhamentos que "ilustra a coerência do currículo de política externa dos atuais mandatários" (p.119). Qual a repercussão de tais atitudes e quais argumentos eram usados para granjear o apoio doméstico a estratégias de domínio tão contundentes? E a opinião pública, seus formadores, os críticos do *establishment*, onde estavam todos e como se portavam? Como se lidou com a retumbante oposição popular mundial à invasão do Iraque, uma vez que dentro dos Estados Unidos sabe-se que a opinião pública começou a ser controlada desde o 11 de setembro? Estas e outras questões em torno do tema da

suposta libertação da tirania do regime de Saddam Hussein, bem como as soluções construtivas que foram deliberadamente negligenciadas por Washington em nome da compulsão à guerra ainda são amplamente tratadas no capítulo 5.

Para além do Iraque se delineiam Os Dilemas do Domínio (cap.6) em uma realidade na qual o imperialismo estadunidense já não tem os mesmos registros do período pós-Segunda Guerra Mundial: um sintoma disso é o controle americano da riqueza mundial,

(...) que se estima ter encolhido de cerca de 50% para metade desse índice quando a economia mundial passou a representar uma ordem 'tripolar', com três centros principais de poder: a América do Norte, a Europa e a Ásia com base no Japão (p. 151).

O livro de Chomsky traz um quadro geral das estratégias do Império para "distribuir" o mundo entre si e os "amigos", digamos, uma reedição pós-moderna do Tratado de Tordesilhas.

Os últimos dias de 2002 são considerados por Michael Krepon como aqueles "momentos mais perigosos desde a crise dos mísseis cubanos de 1962" (p. 160). Inicia-se aqui a descrição do que Chomsky intitula de um Caldeirão de Animosidades (cap. 7): no qual o temor principal seria

(...) o 'cinturão instável de proliferação nuclear estendendo-se de Pyongyang a Bagdá', incluindo 'o Irã, o Iraque, a Coreia do Norte e o subcontinente indiano'. Temores similares, amplamente partilhados, se intensificaram com as iniciativas do governo Bush no período 2002-3, que acirraram seriamente as tensões e ameaças internacionais (p. 160).

Não foi esquecida pelo autor a beligerante presença de Israel naquela região; afinal este mediará o controle estadunidense sobre o

"grande tesouro material do Golfo", interesses que resultariam no isolamento forçado dos palestinos, que, com a atual "coligação" Bush II - Sharon, perdem a perspectiva de uma solução diplomática para a sua questão.

Temos, ainda, uma esclarecedora discussão acerca dos conceitos de "guerra justa", de úteis truísmos a partir da relação entre Terrorismo e Justiça (cap. 8), que se materializam na reincidente declaração de "guerra ao terrorismo". Uma guerra sem data para terminar, iniciada desde a indesejável "surpresa" do 11 de setembro, deve continuar *ad infinitum*, pois, nas palavras de George W. Bush, "não há como prever quantas guerras serão necessárias para assegurar a liberdade em nosso país" (p.209). Neste capítulo, Chomsky nos apresenta argumentos irrefutáveis que demonstram à larga a contradição de tal atitude em relação aos verdadeiros atos e princípios que resultariam em legítima preocupação em reduzir a ameaça do terrorismo.

Trata-se então o 11 de setembro [e seus desdobramentos] de Um Pesadelo Passageiro? (cap. 9). Esta é a questão que intitula o último capítulo deste livro. Ainda que se trate de um pesadelo, deixa marcas indeléveis no mundo.

A terrível ameaça do terrorismo, embora bastante presente desde o ataque de 1993 ao World Trade Center, era agora palpável demais para ser ignorada (p.220).

Daí partiram várias decisões com o propósito de ratificar o conceito de domínio global, na perspectiva dos Estados Unidos. Publicizou-se a estratégia de ataque sem aviso, quando e onde se detectasse uma ameaça, sem esquecer estarem os agressores em posse das mais modernas armas e recursos. As conclusões sobre a hegemonia estadunidense, presentes neste último capítulo, não devem conduzir o leitor a incorrer em um "grande equívoco" analítico e acabar por "concluir que todas as perspectivas são negras". Para o cultivo de uma nova esperança, o autor nos apresenta as alternativas em curso: novas práticas de direitos

humanos; presenças renovadas dos movimentos de solidariedade em escala global; movimentos internacionais pela justiça que fortalecem a nomeada "segunda superpotência", qual seja, a Opinião Pública Mundial. De plena validade, pois é a historicidade dos atuais processos de dominação, ou seja, a ordem socioeconômica ora imposta não é proveniente do além e sim um

(...) resultado de decisões humanas através de instituições humanas. As decisões podem ser modificadas; as instituições podem ser mudadas" (Chomsky, Estados párias, 2003, p. 278).

Afinal, o inaceitável da guerra sempre foi minimizado pelos tiranos. À contrapartida os sábios rejeitam-na liminarmente:

Não podemos deixar de sentir que jamais um evento destruiu tanto de precioso nos bens comuns da humanidade, confundiu tantas das inteligências mais lúcidas, ou degradou de forma tão completa o que existe de mais elevado. A própria ciência perdeu sua imparcialidade desapaixonada; seus servidores, profundamente amargurados, procuraram nela as armas com que contribuir para a luta contra o inimigo. Os antropólogos sentem-se impedidos a declará-lo inferior e degenerado, os psiquiatras dão um diagnóstico da sua doença da mente, do espírito (Sigmund Freud³).

Notas

¹Trecho do Discurso de abertura do Fórum Barcelona de Cultura, em 12 de maio de 2004.

² Tradução: Tiago Soares

³ *Apud* Luciana de Souza, É possível uma psicologia para a paz? *Revista Psico*. PUCRS, v. 34, n. 1, jan./jun., 2003, p. 41).